

“CULTURA” E “RELIGIÃO” NUMA DISPUTA ELEITORAL: ANALISANDO A PLATAFORMA POLÍTICA DE UM PASTOR-CANDIDATO

PAULO CICERO SOUSA, EMANUEL FREITAS DA SILVA

As transformações pelas quais a sociedade vem passando, pluralizando os estilos de vida e fazendo crescer novas demandas na sociedade civil (em especial de grupos historicamente excluídos da esfera dos direitos e das liberdades, com destaque para as minorias étnicas e sexuais) têm despertado posicionamentos contundentes de sujeitos pertencentes a instituições religiosas, buscando formas de reação àquilo que consideram ser uma “onda de destruição dos bons costumes”, revigorando valores cristãos, em especial na formulação ou reformulação de leis. Criam-se novos embates, resistências e núcleos de discussão envolvendo disputas em torno do espaço público, fazendo com que segmentos cristãos venham desempenhando um papel ativo na formação da opinião pública, influenciando fortemente a formulação de políticas e legislações federais que se referem a temas polêmicos, como os direitos das pessoas homossexuais (união civil, combate à homofobia), à legislação sobre o aborto (sua descriminalização, atendimento de mulheres em hospitais públicos), culturas indígenas, liberdade religiosa de afrodescendentes dentre outros. A atuação política de evangélicos no Congresso Nacional se dá de forma diferenciada da dos católicos, pois aqueles têm preferido reunir-se em torno de grupos de interesse, sendo o mais forte deles a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), cujas atividades tiveram início em setembro de 2003. A eleição do pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para a Comissão de Direitos Humanos, sem dúvida alguma, demonstrou o inevitável poder de representatividade do segmento evangélico no país e recolocou na agenda nacional a problemática em torno da laicidade do Estado. Isso porque sua atuação ali tem exposto ações de moralização da vida social a partir da suposta supremacia dos valores cristãos à toda vida social. Assim sendo, a representação política de evangélicos, tal como vem se dando no Brasil, coloca-nos diante de uma problemática própria a um novo momento da religião, que poderíamos chamar de “modernidade religiosa”, de saída para o espaço público? Poderíamos falar de democracia representativa negando aos setores religiosos a possibilidade de verem-se representados na política?

PALAVRAS-CHAVE: ELEIÇÕES; DISCURSO RELIGIOSO-POLÍTICO; LAICIDADE

ÁREA TEMÁTICA: CIÊNCIAS SOCIAIS

FORMA DE APRESENTAÇÃO: ORAL